



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JOÃO PEDRO DA SILVA PRADO
RICARDO RAMONH DE SOUSA ARAUJO

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DA
CONTABILIDADE GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO NAS
PEQUENAS EMPRESAS: estudo de caso na Corporativa Mista dos
Condutores de Veículos Rodoviários Buburé, no município de
Itaituba, Pará, Brasil**

Itaituba – PA
2022

JOÃO PEDRO DA SILVA PRADO
RICARDO RAMONH DE SOUSA ARAUJO

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DA
CONTABILIDADE GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO NAS
PEQUENAS EMPRESAS: estudo de caso na Corporativa Mista dos
Condutores de Veículos Rodoviários Buburé, no município de
Itaituba, Pará, Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba – FAI para obtenção do título
de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Augusto Cesar Amorim do
Nascimento

Itaituba, 10 de maio de 2022.

Assinatura do Autor

Assinatura do Orientador

Itaituba - PA
2022

JOÃO PEDRO DA SILVA PRADO
RICARDO RAMONH DE SOUSA ARAUJO

**A INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DA
CONTABILIDADE GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO NAS
PEQUENAS EMPRESAS: estudo de caso na Corporativa Mista dos
Condutores de Veículos Rodoviários Buburé, no município de
Itaituba, Pará, Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba - FAI para obtenção do título
de Bacharela em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Augusto Cesar Amorim do
Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Prof. Esp. Augusto Cesar Amorim do Nascimento.

Avaliador(a) 1: _____ Nota: _____
Prof.^a Adriana Alcobase Souza

Avaliador(a) 2: _____ Nota: _____
Prof.^a Ma. Maria Danielle Lobato Paes

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba/PA, 08 de abril de 2022.

A Deus, a nossa família, aos nossos pais pelo apoio e pelo amor, carinho e estímulo que me oferecem. Dedico-lhes essa conquista como gratidão.

AGRADECIMENTOS

Eu, *João Paulo*, em primeiro lugar, agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados, durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais Maria de Natalia e Francisco Azemiro que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. E sei que um simples agradecimento desses não irá retribuir tudo que vocês fizeram e estão fazendo por mim, obrigada por serem essa pessoa incrível, um companheiro exemplar e ter toda a paciência do mundo diante dos momentos de minha ausência.

Eu, *Ricardo Ramonh*, em primeiro lugar, começo a Deus por, ao longo deste processo complicado e desgastante, me ter feito ver o caminho, nos momentos em que pensei em desistir, agradeço a meus pais Maria de Nazaré e Adão de Matos

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho. O professor Augusto Cesar, por ter sido nosso orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade. A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento desta obra, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Aos meus colegas de curso, com quem convivi intensamente durante os últimos anos, pelo companheirismo e pela troca de experiências que me permitiram crescer não só como pessoa, mas também como formando. À instituição de ensino Faculdade de Itaituba (FAI), por ofertar o curso para meu processo de formação profissional.

*Não tente se tornar uma pessoa de
sucesso, mas sim uma pessoa de valor.*
Albert Einstein

RESUMO

O estudo busca investigar qual o papel da Contabilidade Gerencial na microempresa na Corporativa Mista dos Condutores de Veículos Rodoviários Buburé, no município de Itaituba, Pará, Brasil. A análise de dados foi realizada através de um estudo de caso em uma pequena empresa. A empresa é uma empresa diferente da economia, comércio, indústria e serviços, visando compreender as diferentes relações de aplicabilidade da Contabilidade gerencial nos diferentes setores da pequena empresa. Os resultados demonstram que a entidade analisada faz o uso de ferramentas gerenciais mais elaboradas e complexas. No entanto, apresenta uma percepção de gestão que se alinha à concepção de gestão de grande empresa, mesmo de forma empírica. Observa-se que exceto na empresa da indústria, a Contabilidade flui de modo mais constante no processo de gestão. Destaca-se que a empresa realiza os controles de custos, de contas a pagar e a receber e o fluxo de caixa, mesmo de forma empírica. Por fim, pode-se inferir que a Contabilidade Gerencial na empresa analisada desempenha o papel de auxílio parcial na gestão. A entidade não utiliza todos os recursos e procedimentos gerenciais, porém, a Contabilidade Gerencial não é descartada, mesmo na empresa da indústria onde os controles não são efetivamente contábeis, mas são empíricos.

Palavras-chave: Ferramentas gerenciais. Microempresa. Tomada de decisão.

ABSTRACT

The study seeks to investigate the role of Managerial Accounting in the microenterprise in the Mixed Corporation of Buburé Road Vehicle Drivers, in the municipality of Itaituba, Pará, Brazil. Data analysis was performed through a case study in a small company. The company is a different sector of the economy, commerce, industry and services, aiming to understand the different applicability relationships of management accounting in the different sectors of the small company. The results demonstrate that the analyzed entity makes use of more elaborate and complex management tools. However, it presents a management perception that aligns with the management conception of a large company, even empirically. It is observed that, except in the industrial company, accounting flows more constantly in the management process. It is noteworthy that the company controls costs, accounts payable and receivable and cash flow, even empirically. Finally, it can be inferred that Management Accounting in the analyzed company plays the role of partial assistance in management. The entity does not use all the resources and management procedures, however, Management Accounting is not discarded, even in the company of the industry where the controls are not effectively accounting, but are empirical.

Keywords: Management tools. Microenterprise. Decision making.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	12
2.1.1 Definição e objetivos da Contabilidade	13
2.1.2 Contabilidade no cenário atual	14
2.2 CONTABILIDADE NAS PEQUENAS EMPRESAS	15
3.1 UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL	17
3.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAL	20
3.3 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A CONTABILIDADE GERENCIAL	21
3.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	25
3.4.1 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)	25
3.4.2 Balanço Patrimonial (BP)	27
3.4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	29
3.4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	29
3.4.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	30
3.4.6 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)	31
3.4.7 Notas Explicativas	32
3.4.8 Relatório da Administração	32
3.4.9 Parecer do Conselho Fiscal	33
3.4.10 Opinião dos Auditores Independentes	34
3.5 CARACTERIZAÇÃO DA PEQUENA EMPRESA, SEUS PONTOS FORTES E FRACOS	35
3.6 FERRAMENTAS GERENCIAIS PARA AS PE'S	36
3 METODOLOGIA	39
3.1 TIPO DE ESTUDO	39
3.2 SELEÇÃO DOS ESTUDOS	Erro! Indicador não definido.
3.3 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	39
3.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA	40
4 RESULTADOS ESPERADOS	41
4.1 PERFIL DO RESPONDENTE E DA EMPRESA PESQUISADA	41
4.2 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
5 CONCLUSÃO	48

REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE	54
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	54

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso descreve a Contabilidade Gerencial em Pequenas Empresas, através disso, o resultado pode-se ser comprovado que a Contabilidade Gerencial contribui positivamente para o sucesso das pequenas empresas, desde que os empresários estejam dispostos a passar as informações reais para que os contadores possam auxiliá-los nas melhores tomada de decisões.

Com intuito de responder as indagações no decorrer deste trabalho, esta pesquisa apresenta o seguinte objetivo geral: identificar as principais características funcionais da Contabilidade Gerencial no âmbito das pequenas empresas e desdobrar os objetivos específicos: conceituar Contabilidade Gerencial; descrever a contabilidade nas pequenas empresas; contextualizar sobre a utilização da informação contábil e explanar sobre a importância da Contabilidade de Custos.

Segundo Leone (1999, p. 92) as pequenas empresas seguem o raciocínio de reagir e de se adaptar às mudanças no mercado, e não de se preparar e antecipar, a estratégia é pouco formalizada e apresenta caráter intuitivo, a decisão é tomada com base na "experiência, no julgamento ou na intuição" do gestor, que comumente tem uma visão de curto prazo.

As pequenas empresas "têm enfrentado dificuldades na administração e controle de seus negócios, levando-as à mortalidade precoce" (SANTOS; DORROW; BEUREN, 2016, p. 155). Inúmeros fatores influenciam no insucesso dessas pequenas entidades, dentre eles destacam-se: plano de negócio mal estruturado ou inexistente, alta carga tributária, falta de capital de giro, falta de clientes, crise econômica, falta de utilização das informações contábeis, falta de conhecimento gerencial, entre outros (SALES; BARROS; PEREIRA, 2011; SANTINI *et al.*, 2014). Os administradores precisam lidar frequentemente com poucos recursos, sendo assim, quanto maior a falta de um determinado recurso, melhor e mais eficaz devem ser as decisões relativas a ele, para que a continuidade da atividade não seja prejudicada (SILVA, 2010).

A informação não pode apenas ser gerada, ela precisa ser direcionada para a pessoa adequada no momento oportuno. Entende-se que se os pequenos negócios utilizarem as ferramentas gerenciais as dificuldades enfrentadas podem ser reduzidas (SANTOS; DORROW; BEUREN, 2016).

Nesse sentido é possível observar a importância de informações contábeis inseridas na gestão da pequena empresa (BORGES; LEAL, 2012). A Contabilidade Gerencial é voltada essencialmente para usuários internos e é uma das principais fontes para a tomada de decisão e controle nas empresas, o sistema de informações contábeis auxilia o gestor a escolher as melhores decisões, aperfeiçoar os processos desempenho da organização (ATKINSON *et al.*, 2011, CIA; SMITH, 2001).

A competitividade é fator essencial de motivação para as empresas, de todos os setores produtivos, buscarem por novas tecnologias, maximização da qualidade de seus produtos e serviços, otimização de custos e aumento da produtividade e preços de venda mais atraentes ao consumidor. Por anos a Contabilidade foi vista apenas como um sistema de informações tributárias, atualmente assume um papel gerencial importante nesse cenário de constantes mudanças das organizações. As pequenas empresas geralmente são administradas pelos próprios donos, que não possuem formação em gestão, como administração, finanças, economia, etc., o que dificulta a perpetuação no mercado (CREPALDI, 2012).

Sem o conhecimento do mercado, da concorrência, da formação de preços, do controle de gastos, do controle de estoques, do fluxo de caixa, do ponto de equilíbrio, de um planejamento tributário, da legislação pertinente ao seu negócio, os empresários tomam decisões incompatíveis com os objetivos das empresas, levando-as a encerramento de atividades (CREPALDI, 2012, p. 3).

Lacerda (2006) descreve a importância da Contabilidade Gerencial nas pequenas e médias empresas e como contribui positivamente para seu sucesso. O autor destaca que os administradores baseiam sua gestão em experiências empíricas e expõe a necessidade de adaptação dos instrumentos contábeis importantes como: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Fluxo de Caixa para viabilizar a implantação e compreensão dessas técnicas no universo dos pequenos negócios. O autor acredita que as ferramentas adaptadas respeitam a realidade das pequenas empresas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

A Contabilidade surgiu antes mesmo do aparecimento do Homo sapiens, há relatos que o surgimento se data por volta de 4000 A.C, entre a civilização sumério babilônica, porém há também relatos que datam o surgimento bem antes disso, por volta do sexto milênio antes de Cristo (IUDÍCIBUS, 2000).

Segundo Ornelas (2013) a Contabilidade aparece bem antes do homem conhecer os números e a escrita, sendo que de certa forma já existia um cuidado e controle sobre a contagem de seus bens materiais, apesar de ser de uma forma bem rudimentar, como por exemplo, riscos, marcas em cavernas que representavam seu rebanho.

Nota-se que desde os primórdios o homem já fazia uso da Contabilidade como meio de controle de seu patrimônio, por meio de seu intelecto e sua percepção, fazendo seus registros de forma rudimentar em paredes por meios de rabiscos nas paredes, em que detinham o controle de seu patrimônio.

De acordo com Coelho e Lins (2010) a Contabilidade surgiu pela necessidade do homem, desde das suas origens, para verificar, quantificar, qualificar as riquezas, ou seja, controlar o seu patrimônio, através de técnicas que facilitassem o uso dessas informações para tomar decisões. Percebe-se que a Contabilidade surge como uma das principais conquistas do homem, pois através dela é possível ter controle de todos os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio.

Para Iudícibus e Marion (2007) a divulgação do livro Geometria e Aritmética por Luca Pacioli, em 1494, foi a grande responsável para que a Contabilidade fosse vista como ciência, sendo uma importante ferramenta para a realização dos registros patrimoniais e avaliações dentro das organizações tanto da época quanto as atuais. Nesse livro, publicado em Veneza na Itália, o monge franciscano criou a Contabilidade pelo método das partidas dobradas, na qual, para ele, para cada débito haverá um crédito de igual valor, para que haja uma equiparidade. Essa regra, em uma Contabilidade regular, não possui exceções.

O principal objetivo do método das partidas dobradas é evidenciar que para compra ou venda, sempre haverá uma saída que corresponde a origens dos recursos, quanto uma entrada que corresponde a aplicação dos recursos.

Desde do início do século XIII ao início do século XVII, a Europa, em especial as cidades Italianas, fervilhavam seu desenvolvimento mercantil, econômico e cultural, trazidos pelas grandes expansões comerciais da época. Verificou-se nesse período, um grande avanço na Contabilidade da Europa (IUDÍCIBUS, 2000).

A partir do início do século XXI, com o surgimento do IFRS (International Financial Reporting Standard), a Contabilidade no Brasil e no mundo, busca convergir para uma uniformidade de linguagens, ou seja, um único modelo contábil para globalizar as demonstrações contábeis para métodos realizados com os mesmos procedimentos (ORNELAS, 2013). Sendo assim, a IFRS teve grande importância para a harmonização de como seriam feitas as contabilizações, contribuindo significativamente para as demonstrações feitas no território nacional.

Dessa maneira, a ciência contábil durante seu extenso processo de evolução obteve um papel importante e contribuiu significativamente para o controle das riquezas das entidades e se tornou uma ferramenta importante no desenvolvimento das empresas por todo o mundo, devido a sua grande importância como instrumento de informação, indispensável para tomada de decisão.

2.1.1 Definição e objetivos da Contabilidade

Nos primórdios, o objetivo da Contabilidade era informar ao gestor o resultado (positivo ou negativo) de um determinado negócio, em um determinado período de tempo. Já no cenário econômico moderno, Crepaldi (1998) afirma que essas informações não são mais suficientes, devido as diversas informações contábeis distintas, assim como seus diversos usuários com objetivos distintos em relação a essas informações.

Para Iudícibus e Marion (2007) o objetivo da Contabilidade é prover seus usuários de informações estruturadas, que sirvam de embasamento para a tomada de decisões provenientes dos mesmos.

Nesse sentido, a Contabilidade fornece informações para que haja a tomada de decisão de forma racional, servindo tanto para usuários internos quanto para usuários externos. Sendo os usuários internos os proprietários, gestor, administradores, colaboradores e os externos seriam os fornecedores, credores, governo, etc. Cada um com propósitos distintos em relação a essas informações.

A informação contábil é utilizada por uma vasta gama de usuários, com as mais diferentes finalidades, os credores querem conhecer a capacidade de pagamento, o governo com a finalidade de arrecadação tributária, clientes com os objetivos de serem atendidos suas necessidades, bancos com o enfoque de retorno nos empréstimos e financiamentos (IUDÍCIBUS; MARION, 2007).

Desse modo, o principal objetivo da Contabilidade é guarnecer seus usuários de informações, cuja finalidade reside em ser uma ferramenta útil para a tomada de decisões de forma objetiva e com menos riscos de perdas.

Fabretti (1997) e Ribeiro (2013) afirmam que a Contabilidade tem como centro de suas preocupações o patrimônio das entidades, é ela que estuda, registra e controla, além de fornecer informações de cunho financeiro e econômico das entidades.

Franco (1996) ratifica que o objeto de estudo da Contabilidade é mesmo o patrimônio das entidades, que representa os bens, dívidas e direitos.

O patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações vinculados à entidade econômica-administrativa, e constitui um meio indispensável para que esta realize seus objetivos. Para alcançá-los, a administração da entidade pratica atos de natureza econômica e financeira, produzindo variações aumentativas e diminutivas na riqueza patrimonial (FRANCO 1996, p. 21).

Dessa maneira, é possível inferir que a Contabilidade além de controlar o patrimônio das entidades, também oferece uma grande gama de informações para que seus usuários possam tomar decisões econômico-financeiras.

2.1.2 Contabilidade no cenário atual

Para Iudícibus e Marion (2007) a tendência da Contabilidade é rumo a harmonização das normas contábeis internacionais, de acordo com o modelo do IASC (International Accounting Standards Committee), gerando uma unificação das normas para todos os cenários e por conseguinte facilitando a vida dos usuários das demonstrações contábeis.

Conforme o entendimento de Iudícibus e Marion (2007) a concorrência ocorrida antes em nosso próprio país agora estende-se a todo mundo. Uma grande sociedade empresária brasileira pode ser surpreendida por outra sociedade empresária de

qualquer lugar do planeta, como já acontece muito hoje, sendo assim, torna-se necessário possuir formas eficientes de controlar o patrimônio bem como um assessoramento contábil eficaz que consiga ajudar os usuários das demonstrações financeiras na hora da tomada de decisões e ajude na continuidade da organização.

Ao longo do tempo a Contabilidade foi utilizando ferramentas mais modernas, primeiramente com o advento da criação do papiro pelos povos egípcios e, depois com o surgimento dos registros manuscritos, que mais à frente foram substituídos pela datilografia e, atualmente, pela informática (MARION, 2009).

De acordo com Robbinns (2002) as mudanças sempre foram presentes ao longo da história da civilização, mas nunca foram tão intensas e rápidas quanto na atualidade, fazendo com que as organizações sempre estejam acompanhando essas constantes transformações, sob pena de perderem seu lugar no mercado, caso não sigam essas mudanças.

Já Oliveira (2003) explica que a escrituração era feita de forma manual nos livros contábeis diário, razão, caixa e outros, esses métodos deixaram de ser praticados com o avanço das tecnologias, com as chegadas das máquinas oriundas dos Estados Unidos, tendo como base as dificuldades de se manterem as informações atualizadas, devido ao grande volume de informações.

O processo eletrônico ou computadorizado com a evolução tecnológica tornou-se uma das mais vantajosas maneiras de se processar informações geradas pelas empresas, a velocidade do sistema eletrônico diminuiu o tempo para contabilizar os fatos contábeis sendo quase que irrelevante a quantidade de lançamentos (MARION, 2009).

Com essas mudanças a Contabilidade resgatou seu verdadeiro papel, que é fornecer a seus usuários informações. Da mesma forma que essa nova realidade valoriza muito mais o profissional contábil, exige a atualização constante dos profissionais, pois o ritmo das mudanças é veloz e cada vez mais complexo.

2.2 CONTABILIDADE NAS PEQUENAS EMPRESAS

As pequenas empresas (PEs) são alvo de atenção dos analistas econômicos a muito tempo, visto que seu potencial de obter receita e proporcionar emprego para a população é uma característica presente nessas empresas. Essas PEs possibilitam a redução das desigualdades sociais existentes na sociedade, sendo assim nos últimos

dez anos os dados apontam que organizações individuais são caracterizadas como metade sendo de pequeno porte (COSTA *et al.*, 2020).

É possível identificar que pequenas empresas são bem flexíveis em seus negócios, pois são obrigadas a exercer uma adaptação constante com o ambiente interno e externo ligados a empresa. Por isso, a Contabilidade presta as empresas um serviço que é flexível para a gerência ocorrer nos melhores moldes possíveis (TORRES; GOUVEIA; KAMLOT, 2020).

Indubitavelmente, além do funcionamento ideal de uma pequena empresa é necessário que existam funcionários que atendam no horário de almoço, pois essa característica gera empatia e credibilidade para o empreendimento, pois o serviço será prestado mesmo em condições no qual a concorrência estará de portas fechadas. O cliente vai se deslocar para aquele local que atende de forma diária em horários nos quais a maioria fecha as portas, isso proporciona uma melhor qualidade do serviço disponibilizado (TORRES; GOUVEIA; KAMLOT, 2020).

As pequenas empresas que utilizam da Contabilidade como uma funcionalidade primordial, e tem um setor específico alocada para análise de desempenho e com funcionários que atendam a demanda é essencial. Caso não exista a condição financeira para ter essa regalia, a terceirização é capaz de melhorar as capacidades operacionais de qualquer empresa. Dito isso, essa atitude representa uma empresa visionária que proporciona a resolução de impasses e não a acomodação pelas quedas (MARTINS, 2014).

Na atualidade, a crise econômica vivenciada no país afeta de forma drástica os pequenos negócios fazendo com que a ocupação de uma boa parcela da população seja afetada. Nesse sentido, as pequenas empresas geram um teor significativo na economia nacional, possibilitando que haja o impulsionamento dos mercados que expandiram oportunidade que ajudaram na recessão da crise (TORRES; GOUVEIA; KAMLOT, 2020).

A relevância das pequenas empresas são destaques no país, pois são conhecidas por gerar uma grande quantidade de empregos, cerca de 67% da população que está na ativa, além disso, contribuíram com cerca de 20% para a expansão das riquezas que Brasil produz anualmente (DIEESE, 2011).

No âmbito do financeiro e do gerencial a Contabilidade pode incorporar as alternativas de diversos empreendedores com serviços adequados que associem à obtenção de crédito junto a diversas instituições com caracteres financeiros. Dito isso,

a Contabilidade demonstra a apresentação de relatórios contábeis que passem credibilidade e confiança retratando a realidade da organização em questão, em consenso com a alocação e a participação em licitações e em outros acertos rentáveis, seja infundindo o instrumento gerencial contábil ou proporcionando a orientação operacional que alavanque o empreendedor e sua empresa (CARDOSO; BERNADO; MOREIRA, 2019).

Por outro lado, a mortalidade de uma série de negócios pode estar associada a um fator de expansão externa, pois uma condução vinculada à economia do país ou uma região específica, que confirma com alguns aspectos, tais como: juros; crises e desastres ambientais. Por essa razão, o sucesso ou o fracasso depende da assistência contábil no qual os empreendedores adotam para seu negócio (MAHAMID 2012).

As pequenas empresas devem entender como utilizam os condicionantes para identificar os impulsos de uma inovação e a modulação para ações que superem as adversidades. Isto permite que os órgãos públicos adequem os subsídios para obter as melhores decisões no aprimoramento das pequenas empresas contidas no território brasileiro (BITTAR; DI SERIO; VASCONCELLOS, 2018).

Portanto, alguns profissionais são essenciais para revigorar as ações econômicas, tais como: contadores; empreendedores, terceirizados, consultores e dentre outros. O intuito é ter uma equipe que minimize as falhas na gestão administrativa do próprio estabelecimento, visto que o conhecimento e as ações gerenciais devem ser voltados aos clientes que fortaleceram o empreendedorismo e retardarão as mortes precoces de uma grande diversidade de pequenas empresas (CARDOSO; BERNADO; MOREIRA, 2019).

3.1 UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Os sistemas de geração de dados contábeis têm o intuito de promover uma consolidação de todas as informações necessárias para gerir uma empresa com eficácia. Essa sistematização é a capacidade de unir e integrar diversos outros sistemas adjacentes que fazem parte de uma operação que possibilita total apoio ao processo de gestão. A tecnologia tem grande protagonismo nesse intuito de gerar informações, pois dessa forma os preceitos gerenciais são capazes de serem

visualizados no fluxograma dinâmico do que passa por todos os departamentos da organização (SANTOS, 2019).

A teoria da informação representa uma forma de possibilitar que os cálculos matemáticos para gerar a observação dos fenômenos contábeis sejam contemplados, dado que a sua aplicação é referida como eficiente em diversos estudos que a Contabilidade financeira propõe (MERKL; BRENNAN, 2017).

Utilizar a informação é de extrema relevância para que as empresas consigam coletar as informações e tomem decisões inteligentes em todos os dilemas vivenciado no mercado que a empresa está contida. Por isso, a associar uma Contabilidade gerencial que absorva as informações ideais em consenso com o uso de outras tecnologias fara com que os administradores ampliem seu retrospecto e categorizem novas vertentes para subir no ramo empresarial (BENDER; FARIA, 2020).

A vantagem competitiva que o empresário pode ter ao usar os instrumentos da Contabilidade ao seu favor apresenta-se bem diferente, pois essa organização ganha notoriedade por ter um rol tabulado com diversas informações que podem ser apresentadas ou relatadas através de relatórios internos da empresa em contextos financeiros ou em análise de desempenho no mercado. A avaliação da concorrência para a adequação de novas estratégias é essencial para se inserir nos moldes mais respeitados de empreendedores do Brasil (BENDER; SILVA, 2020).

Para que o processo de informação contábil seja útil no contexto da tomada de decisão é necessário que alguns aspectos consigam sustentar e garantir a qualidade das informações. Posto isso, essas informações são categorizadas como características qualitativas da informação (MARTINS, 2012).

Por meio de uma procura incessante por informações qualitativas, a Contabilidade precisa agir dentro da empresa e fora dela também. Por sua antiguidade e pela composição do seu valor, o aprimoramento das decisões e coletas de informações precisam estar bem alinhadas com as práticas contábeis realizadas pelo profissional contador (MARION, 2015).

A informação contábil precisa ser analisada com extrema frequência, pois apesar do seu destaque como protagonista no controle e desenvolvimento empresarial, o seu valor qualitativo deve ser sempre mensurado. O acerto em ter boas informações e monitoramentos é positivo para a empresa, mas se não há uma análise prévia do que se pretende fazer com essas informações, o decaimento pode vir abruptamente (MIGUEL; SILVEIRA, 2006).

O acervo de informações que proporcionam a composição do mercado financeiro sempre será referenciado pela geração dos números contábeis. Por essa razão cria-se uma expectativa vistosa quanto ao fluxo de caixa futuro, em consonância com o valor da empresa que começa a ser delimitado antes que a produção de um anúncio seja definida. Assim, a informação contábil consegue fazer uma associação do lucro desta empresa e a sua variância no mercado de ações, comprovando o nível de relevância que a informação contábil pode influir para qualquer tipo de empreendimento (LOPES, *et al.*, 2012).

O profissional contador é incumbido por gerar as informações contábeis, além disso, suas responsabilidades exigem que tenha domínio das suas atribuições e competências no que se dizer respeito na otimização dos resultados dentro de uma organização. A função é rodeada de aspectos ramificados, mas o principal é assessorar o gestor a seguir um caminho coerente que traga resultados e aprimore as decisões que rodeiam o dia a dia da instituição (MIGUEL; SILVEIRA, 2006).

A informação contábil tem a capacidade de agregar um maior valor as empresas em todos os âmbitos, esse aspecto demonstra um campo interessante para o crescimento no setor que se atua. Uma diversidade de áreas pode possibilitar um maior valor ainda para a perspectiva empresarial, sendo: o marketing; a biblioteconomia; computação e a boa administração dos negócios (MIGUEL; SILVEIRA, 2006).

Com ênfase na visão dos contadores, o gestor utiliza as informações contábeis com o objetivo de fazer uma comparação com o passado, verificando a evolução ou involução do negócio. Ocorre uma Identificação das tendências que o mercado está solicitando, logo em seguida a ação de novas estratégias conforme os relatórios contábeis produzidos (BENDER; SILVA, 2020).

Por conseguinte, os relatórios da empresa são adequados conforme uma Contabilidade de informação eficaz, sendo apresentados em tempo hábil para que a organização no qual o contador delimita suas funções seja auxiliada a ter boas decisões nos negócios. O gestor deve avaliar junto com seu contador quais as melhores opções e como haverá benefícios para o funcionamento da empresa (BENDER; SILVA, 2010).

3.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAL

Segundo Turban, Mclean e Wetherbe (2004) um Sistema de Informação Gerencial (SIG) funcional fornece informações periódicas sobre pontos como eficiência operacional, efetividade e produtividade, extraindo informações do banco de dados da empresa e processamento de acordo com as necessidades do usuário. Os SIGs também são utilizados para planejamento, monitoramento e controle

Na mesma linha Laudon e Laudon (2010) definem sistema de informações gerenciais como uma análise dos sistemas de informação nas empresas e na administração. Em virtude disso o SIGs também designa uma categoria específica de sistemas de informação que atendam gerentes de nível médio além de proporcionarem relatórios sobre o desempenho corrente da organização, sendo possível monitorar e controlar a empresa, além de prever seu desempenho futuro.

Em concordância com o pensamento dos autores acima Santos Claro afirma que:

Sistemas de Informações Gerenciais (SIG): proporcionam aos gerentes relatórios e consultas sobre o desempenho atual e registros históricos da empresa, de forma a apoiar as atividades de planejamento, controle e tomada de decisão. Fornecem resumos sobre as operações básicas (transações operacionais) da empresa (SANTOS CLARO, 2013, p.68).

A maior parte dos sistemas utiliza etapas simples para o processamento dos dados. O Sistema de Informação Gerencial enfoca em situações mais simples, como gerar relatórios sobre o desempenho atual da organização e produzir informações ao nível tático da empresa fornecendo informações seguras e em tempo hábil para tomada de decisão.

Os sistemas de informações gerenciais resumem e relatam as operações básicas da empresa. Os dados básicos de transações obtidos dos SPTs são comprimidos e comumente apresentados em relatórios produzidos através de uma programação periódica. Atualmente muitos desses relatórios são disponibilizados na internet (LAUDON; LAUDON, 2010).

3.3 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A CONTABILIDADE GERENCIAL

Segundo Silva (2010) o empreendedorismo cresceu em ritmo acelerado no Brasil. De acordo com pesquisas do SEBRAE, em 2014 o número total de micro e pequenas empresas foi de aproximadamente nove milhões, em termos percentuais é uma média de 98,2% do total de empresas. No setor de comércio as micro e pequenas empresas são as principais fontes geradoras de riquezas, representando 53,4% do PIB deste setor, na indústria representa 22,5% e no setor de serviços possui um índice de 36,3%. Em relação a geração de empregos as micro e pequenas empresas foram responsáveis, em 2011, por cerca de 44% dos empregos formais no setor de serviços, 70% no setor de comércio e 41% no setor da indústria (SEBRAE, 2014).

Apesar da importância social e econômica auferida pelos pequenos negócios, o arcabouço empresarial no Brasil é conhecido por apresentar níveis de fracassos significativos e ainda há índices de mortalidade precoce, causados por uma série de fatores (SANTINI *et al.*, 2015).

De acordo com um estudo realizado pelo SEBRAE (2013), com o objetivo de verificar a taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas nos primeiros dois anos de criação, para empresas criadas em 2005, 2006 e 2007, é possível verificar na figura 1 uma queda nos índices de mortalidade em relação aos anos anteriores.

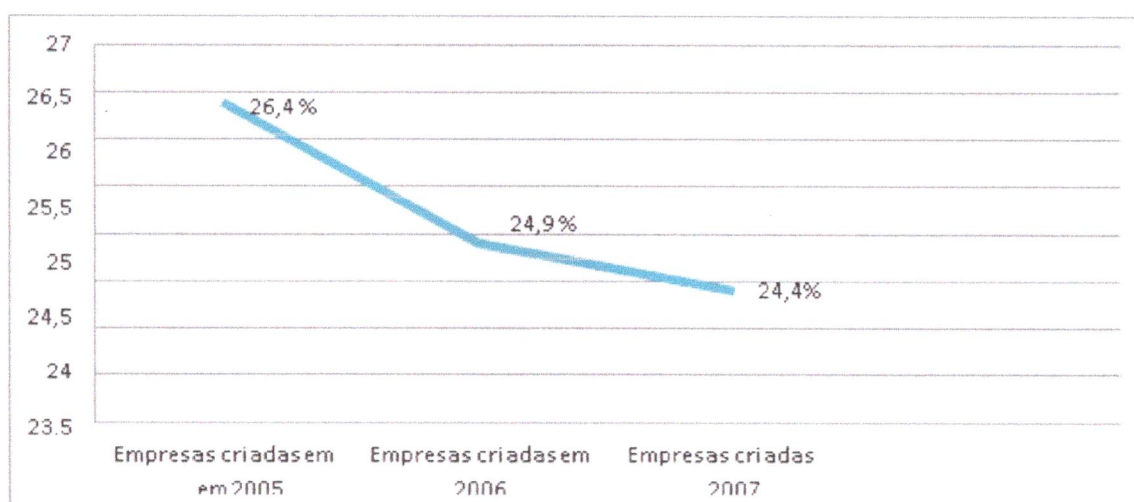


Figura 1: Taxa de Mortalidade Fonte: Adaptado do SEBRAE, 2013

Na mesma pesquisa, em relação à cidade de Goiânia, em 2007, foram criadas 5.660 micros e pequenas empresas, observou-se um índice de sobrevivência nos

primeiros dois anos de criação de 65%, e conseqüentemente uma taxa de mortalidade de 35% (SEBRAE, 2013).

Santini *et al.*, (2015) realizou uma pesquisa com 60 empresas extintas na região central do Rio Grande do Sul com o objetivo de verificar quais são as causas de mortalidade das micro e pequenas empresas. O estudo apontou como causas fatores de ordem gerencial como: falta de clientes, ausência do poder de competitividade diante os concorrentes, falta de conhecimentos na área da empresa e escolha de um ponto de negócio inapropriado. A elevada carga tributária mostrou ser um grande fator para o insucesso de uma pequena empresa.

Mahamid (2012) em seu estudo sobre os fatores que causam a mortalidade de empresas na Cisjordânia, Palestina, constatou três aspectos que levam a falência do negócio que precisam ser considerados: primeiro aspecto de ordem gerencial e administrativa, quando atrelados ao conhecimento de mercado e clientes; o segundo aspecto corresponde à gestão financeira e, por último, a mortalidade está relacionada a fatores de amplitude externa, como desastres ambientais, fatores macroeconômicos, governamentais, entre outros. Os pesquisados relataram fatores como o atraso no pagamento de clientes, a flutuação no custo de materiais e a baixa margem de lucro devido à concorrência como sendo de grande influência para o fracasso das empresas.

A falta da manutenção de registros e controles contábeis precisos e atualizados somada com sua não utilização resulta em uma das principais causas de fracasso de uma pequena entidade. Sem o conhecimento desses controles, o administrador não consegue visualizar a empresa, corre o risco de apostar em produtos que não geram lucro ou em projetos com despesas desnecessárias, não é capaz de reconhecer quando o patrimônio está sendo dissipado e pode ser surpreendido com contas a pagar altas de grandes fornecedores e tributos obrigatórios que foram negligenciados pela falta de controle (RESINK, 1991).

As pequenas empresas possuem uma estrutura organizacional simples e centralizada, com poucas unidades e funções administrativas, sendo assim, não apresentam um sistema gerencial sofisticado. Devido aos custos e a complexidade uma estrutura administrativa mais aprimorada não é almejada pelos proprietários dos pequenos negócios, que preferem sistemas mais acessíveis para suas rasas necessidades (LEONE, 1999).

Leone e Leone (2011) afirmam que existem inúmeros critérios para classificar as empresas de acordo com seu tamanho, os mais utilizados são os que utilizam os fatores produtivos e aqueles que se baseiam no faturamento anual. De qualquer forma é possível classificar as empresas de acordo com critérios quantitativos, qualitativos e mistos.

Os critérios de classificação para as micro e pequenas empresas não seguem um caráter unânime (SILVA, 2010). Identificar as empresas segundo o tamanho não é algo fácil, pois depende de definições subjetivas, que acarreta em variadas possibilidades de medição. Não há uma conformidade para a escolha do tamanho como característica para classificação, “grande parte dessa indefinição se deve à dificuldade de interpretação e mensuração dos termos relacionados: “tamanho”, “grande”, “médio” e “pequeno” têm significados dúbios e existem inúmeras possibilidades para suas medições” (LEONE; LEONE, 2012, p. 70 e 71).

	Critério de Enquadramento	Valor da Receita	Número de Empregados
Lei Complementar 136/2011	Microempresa	Receita bruta anual de até R\$360.000,00	
	Pequena empresa	Receita bruta anual entre R\$360.000,00 e R\$3.600.000,00.	
BNDES	Microempresa	Receita bruta anual de até R\$2400.000,00	
	Pequena empresa	Receita bruta anual entre R\$2.400.000,00e R\$16.000.000,00	
Receita Federal (para efeito doSIMPLES)	Microempresa	Receita bruta anual de até R\$120.000,00	
	Pequena empresa	Entre R\$120.000,00e R\$1.200.000,00	
SEBRAE	Microempresa		Até 09 pessoas (Serviços e Comércio) e 19 pessoas (Indústria)
	Pequena empresa		De 10 a 49 pessoas (Serviços e Comércio) de 20 a 99

Quadro 1 – Classificação Micro e Pequena Empresa. Fonte: elaboração própria

Apesar de vários motivos influenciarem a criação de uma pequena empresa, como, por exemplo, a perda do emprego, oportunidade de crescimento da renda, entre outros, a falta de planejamento é algo habitual no processo de formação de um pequeno negócio (SILVA *et al.*, 2010). Depois de criada a empresa, muitos

proprietários desempenham um papel gerencial, porém, por possuírem apenas o conhecimento técnico do negócio, não apresentam experiência para desempenhar uma função administrativa (KASSAI, 1997).

Fatores internos e externos afetam o cotidiano da pequena empresa, forçando o proprietário a tomar a melhor decisão e a exercer uma administração que potencialize o desempenho. Porém, há situações importantes que exigem um suporte de informações de auxílio para a escolha da melhor decisão (SANTOS *et al.*, 2009).

Segundo Kassai (1997) alguns empreendedores se esquivam de especialistas na área de gestão por julgar que estes profissionais não teriam interesse em resolver problemas de uma pequena empresa ou simplesmente por não quererem custear uma consultoria profissional. De acordo com a autora, o empresário se força a solucionar tais problemas e “acaba perdendo a visão do negócio, a dimensão do planejamento e até abandonando a busca de oportunidades” (KASSAI, 1997, p. 7).

De acordo com Cia e Smith (2001) muitos estudiosos das pequenas empresas entendem que os administradores possuem conhecimento empírico das técnicas administrativas e não fazem uso de ferramentas formais de gestão do negócio. Dificilmente o microempresário sem uma assessoria adequada terá o conhecimento das vantagens de um sistema de informações contábeis no apoio à tomada de decisão.

O entendimento e o domínio da lógica contábil se tornam uma dificuldade para os empresários na tarefa de administrar a empresa, em razão disso, invés de utilizarem as informações contábeis no apoio à tomada de decisão, transformam esses relatórios em meros dados para atender uma exigência legal (KASSAI, 1997, p. 8).

O gestor se acostuma a encarar a Contabilidade como ferramenta burocrática e voltada para arrecadação de tributos devido à postura de profissionais da área contábil de se aperfeiçoarem em áreas fiscais e não proporcionarem, na sua maioria, apoio gerencial (SANTOS, DOROW, BEUREN; 2016).

Lacerda (2006) assegura que a implantação de um sistema de Contabilidade gerencial na empresa proporcionará ao gestor importantes ferramentas gerenciais no apoio ao processo decisório e gestão financeira e influenciará nos resultados da entidade.

De acordo com Lohr (2012) devido à falta de recursos, as pequenas empresas apresentam uma baixa capacidade de executar ferramentas gerenciais, no entanto é

possível manter um sistema gerencial igualmente eficaz em grandes e pequenas entidades. Perren e Grant (2000) afirmam que a Contabilidade gerencial nas pequenas empresas não apresenta sistemas convencionalmente formais e possui caráter idiossincrático do proprietário-gerente, ou seja, cada gerente tem uma forma particular de executar os controles gerenciais.

A Contabilidade gerencial atua como fator importante ao auxílio no crescimento e sobrevivência das entidades, no entanto, na micro e pequena empresa esse aspecto é limitado devido a sua realidade empresarial não levar em consideração elementos de gestão e custos e não ter o acompanhamento de tais variáveis, o que reduz sua capacidade de crescimento (FERREIRA JUNIOR; SILVA; LIMA FILHO, 2011).

3.4 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os insumos para o processo de análise, de acordo com Assaf Neto (2012), são os relatórios elaborados periodicamente pelas empresas. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008), em seu Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), número 26, o conjunto completo de demonstrações contábeis inclui: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Notas Explicativas (NE).

Conforme Marion (2010) para a análise das demonstrações contábeis, o analista precisa avaliar se possui todas as demonstrações contábeis, sendo desejável ter em mãos pelo menos relatórios (BP, DRE, DRA, DMPL, DFC, DVA, NE) de três períodos para efetuar comparativos. A seguir, serão apresentados os demonstrativos separadamente, para facilitar o entendimento sobre o assunto, a começar pela Demonstração do Resultado do Exercício, que evidencia a composição do resultado da entidade em determinado período de operações.

3.4.1 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), conforme Assaf Neto (2012) visa fornecer os resultados auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para o Patrimônio Líquido, possibilitando, assim refletir no

Balanço Patrimonial os efeitos do desempenho da empresa em determinado exercício social. De acordo com Matarazzo (2010) as receitas e despesas se encontram compreendidas na DRE, ordenadas de acordo com sua natureza.

Em linhas gerais, conforme Martins, Miranda e Diniz (2014) o resultado é apurado deduzindo-se da receitas todas as despesas, inclusive os custos que a empresa incorreu no período. As receitas são entendidas como entradas de recursos (aumento de ativo ou diminuição de passivo), que resultam no aumento do PL. Em contrapartida, as despesas são decréscimos nos benefícios econômicos, sob a forma de saída de recursos, resultando na diminuição do PL.

Dentre os componentes da DRE, será apresentada, conforme Ribeiro (2014), as receitas brutas, provenientes da venda de mercadorias, venda de produtos ou receita de serviços. Desse valor, podem-se deduzir vendas canceladas, abatimentos, descontos incondicionais, impostos sobre vendas (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, Programa de Integração Social, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Imposto Sobre Serviços), resultando na receita líquida. Do valor encontrado, deduzem-se os custos (Custo de Mercadorias Vendidas, Custo de Produtos Vendidos ou Custo do Serviço Prestado), restando o lucro bruto. Após o lucro bruto, são demonstradas as despesas operacionais (necessárias para promover, vender ou distribuir os produtos ou administrar a empresa) ocorridas no período, chegando-se assim, com essa subtração, ao lucro operacional.

Do lucro operacional, acrescenta-se o resultado de perdas e ganhos e o resultado financeiro (diferença entre receitas e despesas financeiras). O resultado encontrado denomina-se lucro antes do Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o lucro líquido (CSLL). Do valor encontrado, segundo Hoji (2014), deduz-se os impostos sobre o lucro, apurando o lucro/prejuízo do exercício. São calculadas sobre o lucro líquido, após os impostos, as participações estatutárias no lucro e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência para empregados, resultando no Lucro Líquido a disposição dos acionistas ou sócios da empresa. Se o resultado final for prejuízo, poderá ser compensado com lucros acumulados de períodos anteriores ou reservas de lucros.

A próxima demonstração a ser apresentada será o Balanço Patrimonial, que conforme Silva (2010), deve representar a posição financeira da empresa, composta por bens, direitos e obrigações.

3.4.2 Balanço Patrimonial (BP)

O Balanço Patrimonial, de acordo com Yamamoto, Paccez e Malacrida (2011), apresenta a posição patrimonial e financeira da empresa em determinado momento, ou seja, sua informação é estática. Mas informações relevantes podem ser extraídas de seus grupos de contas e, para Matarazzo (2010), põem em evidência as fontes e aplicações de recursos.

Conforme Santos e Barros (2013) os grupos de contas do Balanço Patrimonial são Ativo Circulante, Ativo Não Circulante (composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível), Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido (PL).

Segundo Padoveze (2014) o ativo representa todas as aplicações de recursos dentro de uma empresa, enquanto o passivo representa todas as fontes de recursos que entraram na empresa, podendo ser de recursos próprios ou de terceiros.

Na visão de Martins, Miranda e Diniz (2014) o ativo deve atender a quatro requisitos simultaneamente: constituir bem ou direito da empresa, ser de propriedade, posse ou controle da entidade, ser mensurável e trazer benefícios futuros, sendo as contas dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez.

O ativo circulante, também denominado capital de giro ou capital circulante, é composto pelos bens e direitos que estão em frequente circulação no patrimônio. Basicamente, de acordo com Ribeiro (2014) são valores realizados ou que serão realizados até o término do exercício social subsequente. São subdivididos em disponibilidades, clientes, outros créditos, impostos a recuperar, investimentos de curto prazo e estoques.

Um ativo não circulante são bens ou direitos não classificados no ativo circulante. Subdividem-se, nos conceitos de Hoji (2014), em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O ativo realizável a longo prazo é, segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), composto por direitos realizáveis após o término do exercício social seguinte. Investimentos têm como característica não destinar a atividade operacional da empresa, podendo ser participações em outras entidades, terrenos e imóveis para aluguel.

No ativo permanente serão classificados direitos que tenham por objeto “bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade” (SILVA, 2010, p. 43).

O ativo intangível, conforme Ferrari (2012) é composto pelos bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia, inclusive o fundo de comércio adquirido (ágio por expectativa de rentabilidade futura ou goodwill).

O passivo é a parte do balanço patrimonial que evidencia “as obrigações, que são dívidas da empresa com terceiros e o patrimônio líquido, que são dívidas da empresa para com seus titulares” (RIBEIRO, 2014, p. 49).

Complementando, Silva (2010) cita que o passivo são obrigações derivadas de eventos passados, cuja liquidação se espera benefícios econômicos futuros. No passivo, as contas são dispostas em ordem decrescente do grau de exigibilidade.

De acordo com Hoji (2014) no passivo circulante estão as obrigações exigíveis a curto prazo, ou seja, as que vencem até o fim do exercício social do exercício social seguinte. São subdivididas em empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações fiscais, outras obrigações e provisões.

Semelhante ao ativo, o passivo não circulante, para Ferrari (2012), é composto por obrigações exigíveis a vencer após o fim do exercício subsequente.

Ainda dentro do passivo, o patrimônio líquido é “o conjunto de valores não circulantes que representam a contribuição dos sócios para a formação de recursos próprios” (SÁ, 2010, p. 63).

Silva (2010) cita que o PL se constitui pelo valor residual dos ativos da entidade, depois de deduzidos todos os seus passivos. Subdividem-se em capital social, reservas, lucros ou prejuízos acumulados.

O balanço patrimonial apresenta como característica a igualdade entre o ativo e a soma do passivo mais PL, demonstrando “eventos que provocam alterações na situação patrimonial da empresa, em função das operações por ela realizadas” (YAMAMOTO; PACCEZ; MALACRIDA, 2011, p. 20).

Outra demonstração a ser apresentada pelas empresas é a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que destaca, de acordo com Ferrari (2012), as alterações qualitativas e quantitativas ocorridas no Patrimônio Líquido.

3.4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Segundo Matarazzo (2010) a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta as variações de todas as contas do Patrimônio Líquido, ocorridas entre dois balanços, servindo mais como elemento complementar do que como peça através da qual se pode obter informações.

A Lei nº 6.404/1976 permite que a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados seja incluída na DMPL, ou seja, esta demonstra a movimentação de todas as contas do Patrimônio Líquido em determinado período. Não existe um modelo fixo da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, mas a lei estabelece que, para fins de comparação, conterà os valores do exercício e os valores correspondentes as demonstrações do exercício anterior. Convencionalmente, tem sido elaborada em colunas, sendo destinada uma coluna para cada conta integrante do PL, sendo que a primeira é reservada para a descrição da natureza das transações e a última para os totais.

Silva (2010) cita que traz informações que complementam os demais dados constantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício. E, que para as empresas que avaliam seus investimentos e são coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial, torna-se de muita utilidade para permitir adequado tratamento contábil das variações de equivalência patrimonial no exercício.

Em seguida, será apresentado outro demonstrativo que compõe o conjunto previsto no Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que é a Demonstração dos Fluxos de Caixa, que apresenta as alterações ocorridas nas disponibilidades da entidade em determinado período.

3.4.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

De acordo com Marion (2010), a DFC evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades da empresa em determinado período, por meio de recebimentos e pagamentos.

Para Assaf Neto (2012), a DFC permite que se analise a capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos, perante terceiros e acionistas e a posição de liquidez e solvência financeira. Deve evidenciar fluxos operacionais, de investimentos e financiamentos.

Os fluxos financeiros operacionais descrevem basicamente as transações registradas na DRE. Os fluxos financeiros de investimentos são determinados por variações no ativo não circulante e destinados à atividade operacional de produção e vendas da empresa (imobilizado), já os fluxos financeiros de financiamentos referem-se basicamente às operações com credores e investidores. Sendo o objetivo da DFC apresentar transações que correspondem a movimentação de recursos financeiros da empresa, obviamente, "aquelas transações que não movimentam dinheiro não devem integrá-la" (RIBEIRO, 2014, p. 93).

A DFC pode ser elaborada tanto pelo método direto como pelo indireto. O direto, para Marion (2010), é obtido a partir da movimentação do caixa e equivalentes e o indireto tem como base o Lucro/Prejuízo do Exercício. Os métodos diferem somente na forma de apresentação dos fluxos de caixa derivados das atividades operacionais, uma vez que as atividades de investimento e financiamento são as mesmas para os dois métodos.

Outra peça contábil a ser apresentada pelas empresas é a Demonstração do Valor Adicionado, que faz parte do Balanço Social da entidade e mostra quanto a organização gerou de riquezas no período e como foi distribuída ou retida.

3.4.5 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tornou-se obrigatória para as companhias abertas a partir de 2008, com a Lei nº 11.638/07. Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008), a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) nº 09 conceitua a DVA como sendo a riqueza gerada pela empresa, de forma geral, medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. A distribuição da riqueza criada deve ser detalhada da seguinte forma: pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis; juros sobre o capital próprio e dividendos; lucros retidos ou prejuízos do exercício.

Para Ribeiro (2014) as informações contidas na DVA derivam de contas de resultado e de contas patrimoniais. As contas de resultado utilizadas são aquelas que representam as despesas, custos e as receitas. As contas patrimoniais, das quais serão extraídas informações para a sua elaboração, são aquelas representativas das participações de terceiros, bem como aquelas representativas da remuneração dos acionistas (juros e dividendos).

De acordo com Assaf Neto (2012) é um componente do balanço social da entidade, demonstrando o quanto a empresa agregou de valor no período e como sua riqueza foi distribuída (sócios, capital, pessoal e governo).

Silva (2010) também participa desse conceito, ao citar que a DVA evidencia o quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, o quanto ela adicionou de valor aos seus fatores de produção e o quanto dessa riqueza foi distribuída ou retida e de que forma. Esse demonstrativo é um excelente instrumento macroeconômico, pois o somatório dos valores adicionados de um país representa o seu Produto Interno Bruto (PIB).

Outro demonstrativo contábil a ser abordado é a DRA, que demonstra as receitas, despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são ou ainda não foram reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício.

3.4.6 Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

A Demonstração do Resultado Abrangente do exercício apresenta, segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), as receitas e outras mutações que afetam o PL e que não foram reconhecidas na DRE. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008), na NBC nº 26, os resultados abrangentes compreendem as variações na reserva de reavaliação, quando permitidas em lei; os ganhos e as perdas em planos de pensão e de conversão de demonstrações no exterior; em ajuste de avaliação de ganhos e perdas relativos à remensuração de ativos financeiros e de instrumentos de hedge.

A DRA começa com o resultado líquido do período e inclui os outros resultados abrangentes, ou seja, é a mutação que ocorre no patrimônio líquido em um período e que resulta de transações e eventos não derivados com os sócios na sua qualidade de proprietários.

Finalizando o conjunto de demonstrações contábeis, será apresentada, na sequência, as Notas Explicativas, que visam demonstrar esclarecimentos necessários sobre a situação patrimonial e o resultado do exercício.

3.4.7 Notas Explicativas

De acordo com Silva (2010) as notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e divulgam informações necessárias para a compreensão dos respectivos demonstrativos por parte dos usuários, garantindo assim informações completas e confiáveis sobre a situação financeira e os resultados da organização.

Serão apresentadas nas notas explicativas informações sobre a preparação das demonstrações e das práticas contábeis específicas aplicadas para negócios e eventos significativos, informações exigidas pelas práticas contábeis exigidas no Brasil e que não estejam em nenhuma outra parte das demonstrações e informações adicionais consideradas necessárias para uma apresentação adequada.

A NBC nº 26, citada por Ribeiro (2014), diz que as notas explicativas são apresentadas na ordem a seguir: declaração de conformidade com as normas, interpretações e comunicados técnicos do Conselho Federal de Contabilidade, resumo das políticas contábeis significativas aplicadas, informações de suporte de itens apresentados nas demonstrações contábeis, por ordem de apresentação e outras divulgações, incluindo passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos e divulgações não financeiras, como políticas de gestão de riscos da entidade. As notas explicativas oferecem, portanto, informações precisas ao analista das demonstrações contábeis, no estudo das variações ocorridas no Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.

Hoji (2014) diz que através das Notas Explicativas, os usuários obtêm importantes informações que complementam as demonstrações contábeis, por meio de explicações detalhadas e/ou quadros analíticos que esclarecem resultados do exercício.

Complementando as demonstrações contábeis, podem ser apresentados o Relatório da Administração, o Parecer do Conselho Fiscal e a Opinião dos Auditores Independentes, que ampliam informações sobre os demonstrativos.

3.4.8 Relatório da Administração

Conforme Ribeiro (2014) quando a sociedade estiver sujeita a manter o Conselho de Administração, as demonstrações contábeis serão publicadas precedidas do relatório de Administração, procurando detalhar os dados informados

nos demonstrativos, comentando o desempenho da empresa e, normalmente, com agradecimentos a fornecedores, clientes e funcionários.

De acordo com Hoji (2014) por meio do Relatório da Administração, os usuários são informados sobre os principais fatos administrativos ocorridos no exercício, podendo apresentar investimentos em outras sociedades, pesquisa e desenvolvimento, política de distribuição de dividendos, de recursos humanos, qualidade e de relacionamento com fornecedores e clientes.

Seu objetivo é subsidiar o leitor com informações sobre o contexto operacional da organização, com fatos relevantes que aconteceram ao longo do exercício e com planos da mesma para os exercícios seguintes. “A leitura desse relatório deve ser feita com muito senso crítico, pois o seu conteúdo não passa pela análise dos auditores independentes, podendo conter informações tendenciosas” (SILVA, 2010, p. 64).

Além do relatório da Administração, nas empresas obrigadas a manter Conselho Fiscal, os demonstrativos podem apresentar também o Parecer do Conselho Fiscal, como complemento aos demonstrativos contábeis.

3.4.9 Parecer do Conselho Fiscal

Segundo Ribeiro (2014) apesar de não existir a obrigatoriedade de sua publicação, as empresas que têm como órgão máximo a Assembléia Geral ou Extraordinária, dentro dos limites estatutários têm por prática publicarem esse parecer, já que terão que apresentá-lo em reunião para os acionistas.

O Conselho Fiscal, de acordo com Silva (2010) é o órgão fiscalizador do Conselho de Administração, conforme disposto nos artigos 161 a 165 da Lei das Sociedades Anônimas. Dentre suas atribuições, está opinar sobre o relatório anual da administração, analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa e examinar as demonstrações contábeis do exercício social e opinar sobre elas. Para melhor desempenho de suas funções, os membros do Conselho Fiscal poderão solicitar esclarecimentos e a apuração de fatos específicos ao Conselho de Administração, a auditores independentes, e, se a empresa não tiver auditor independente, poderão escolher contador ou firma de auditoria para maiores informações. Ao lê-lo, o analista pode se inteirar de aspectos relevantes, influenciadores do resultado da análise.

Além dos demonstrativos contábeis apresentados, tem o Parecer dos Auditores Independentes, que aumenta ainda mais a confiabilidade das demonstrações contábeis por todos os usuários.

3.4.10 Opinião dos Auditores Independentes

A Lei das Sociedades Anônimas, em seu artigo 3º, estabelece que as companhias abertas, assim como seguradoras e bancos, sejam obrigatoriamente auditadas por auditores independentes. Segundo Hoji (2014), mesmo que não sejam obrigadas por lei, empresas publicam a opinião do auditor para reforçar a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Silva (2010) cita que a opinião do auditor trata da qualidade das demonstrações contábeis em relação às práticas contábeis de aceitação geral e apropriadas; demonstrações e notas com informações suficientes para seu uso, entendimento e interpretação; e conteúdo das demonstrações classificadas e agrupadas de maneira apropriada. A opinião compõe-se de três parágrafos: identificação das demonstrações contábeis e definição das responsabilidades da administração e dos auditores; extensão dos trabalhos; e opinião sobre as demonstrações contábeis.

Segundo Ribeiro (2014) em decorrência das virtudes encontradas, o auditor poderá emitir quatro tipos de opinião:

1. sem ressalva,
2. com ressalva,
3. adversa e
4. com abstenção de opinião.

A opinião do auditor pode ser emitida de forma impressa ou em meio eletrônico. Para realizar seu trabalho de forma coerente, o analista deve fazer a leitura da opinião da auditoria, pois o objetivo do trabalho deste é obter a segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorção relevante e que estão em conformidade com a estrutura de relatório contábil aplicável.

3.5 CARACTERIZAÇÃO DA PEQUENA EMPRESA, SEUS PONTOS FORTES E FRACOS

Os Pequenos Negócios são abrangidos pelos Microempreendedores Individuais (MEI) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), estes são importantes agentes para a economia de maneira geral e, é claro, para a economia do Espírito Santo, pois a representatividade de Pequenas Empresas (PE) na economia capixaba chega a 99% do total de estabelecimentos e 58% dos empregos formais (SEBRAE, 2015). Para Lei Complementar nº 123/06, também chamada de Lei Geral das Pequenas Empresas, consideram-se PE's:

Art. 3º “[...] microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas [...]”.

Resumidamente, os pequenos negócios são divididos e devem auferir faturamento da seguinte maneira:

- Microempreendedor Individual - Faturamento anual até R\$ 60 mil;
- Microempresa - Faturamento anual até R\$ 360 mil;
- Empresa de Pequeno Porte - Faturamento anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões. (SEBRAE, 2019).

A Lei Geral das Pequenas Empresas traz alguns benefícios e facilidades exclusivas a elas, por exemplo:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere: I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

[...]

Art. 26. As empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam obrigadas a: [...] § 2º As demais empresas de pequeno porte, além do disposto nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão, ainda, manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária.

[...]

§ 4º É vedada a exigência de obrigações tributárias acessórias relativas aos tributos apurados na forma do Simples Nacional além daquelas estipuladas pelo CGSN e atendidas por meio do Portal do Simples Nacional, bem como, o estabelecimento de exigências adicionais e unilaterais pelos entes

federativos, exceto os programas de cidadania fiscal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

[...]

Art. 27. As empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional poderão, opcionalmente, adotar contabilidade simplificada para os registros e controles das operações realizadas, conforme regulamentação do Comitê Gestor. (BRASIL, 2006).

Analisando os pontos fortes dos pequenos negócios, pode-se dizer que são mais flexíveis em relação às médias e grandes empresas, por terem uma estrutura menor, pouco burocrática e com o corpo administrativo reduzido, sendo possível uma maior rapidez na tomada de decisão, pois depende de poucas pessoas. A comunicação entre os membros é maior e bem mais eficaz, possibilitando relações de mais conexão entre os pequenos empresários, colaboradores, cliente, fornecedores e a comunidade. Além da capacidade de oferecer atendimento diferenciado e por, muitas vezes, estarem localizadas mais próximas aos clientes finais, dando as PE's a oportunidade de reconhecimento mais rápido dos seus clientes (MATIAS; LOPES JÚNIOR, 2002).

É possível identificar outros pontos fracos, como: Falta de defesa para os momentos de dificuldade e instabilidade da empresa, falta de profissionais bem qualificados, pois nos pequenos negócios é quase que inexistente políticas de segurança, incentivos, treinamento, benefícios, que visam a motivação dos colaboradores, aprimorando a qualidade de vida no trabalho, concorrência de grandes empresas e falta de disciplina e organização etc. (MATIAS; LOPES JÚNIOR, 2002).

A Lei Geral da Pequena Empresa trouxe mais facilidade na apuração, recolhimento e no cumprimento das obrigações acessórias, por outro lado leva a maioria dos pequenos empresários a desconsiderar as Demonstrações Contábeis que auxiliam no dia a dia. Com isso é importante salientar que há ferramentas com fácil interpretação e manuseio, capazes de ajudar o gestor a tomar suas decisões em relação ao seu negócio.

3.6 FERRAMENTAS GERENCIAIS PARA AS PE'S

Com a elevada taxa inflacionária e altas taxas de juros que sobrepõe a economia brasileira atualmente, é necessário que cada vez mais empresários se preocupem em se manter no mercado e até mesmo sobreviver. Diante disso fica a cargo da gestão financeira disponibilizar recursos para que situações negativas se

tornem positivas e conseqüentemente eliminar a necessidade de capital de giro, otimizando assim seu fluxo de caixa. Esse exercício se torna fundamental para empresas brasileiras de pequeno, médio e grande porte, pois os custos financeiros fazem parte das receitas operacionais (ZDANOWICZ, 1989).

A Contabilidade Gerencial dispõe de inúmeras ferramentas de controle gerencial, Soutes (2006, p. 23) explica que artefato é:

Um termo genérico, referindo-se à artefatos, atividades, ferramentas, filosofias de gestão, instrumentos, métodos de custeio, modelos de gestão, métodos de avaliação ou sistemas de custeio que podem ser utilizados por profissionais da Contabilidade Gerencial no exercício de suas funções. (SOUTES, 2006, p. 23).

No Quadro 2 apresenta-se os conceitos e definições dos artefatos gerenciais considerados neste estudo de acordo com as ferramentas utilizadas por micro e pequenas empresas descritas nos estudos de Santos, Dorow, Beuren (2016), Souza e Rios (2011), Borges e Leal (2012) e Cia e Smith (2001).

Quadro 2 – Definições Ferramentas Gerenciais Fonte: elaboração própria

FERRAMENTA	DESCRIÇÃO	AUTORES
Orçamento	O orçamento é um plano que expressa detalhadamente em termos quantitativos o futuro e estima o potencial de lucro. Os orçamentos são utilizados para duas funções diferentes, planejamento e controle das empresas em curto prazo.	Garrison, Norren e Brewer (2013); Anthony, Govindarajan (2002)
Fluxo de Caixa	Reflete as entradas e saídas de recursos do caixa, por meio dele podem-se obter informações sobre a capacidade de pagamento de determinado período, capacidade de adquirir novos investimentos, melhor data para realizar compras e auxilia na gestão financeira. É uma ferramenta para auxiliar e evitar problemas de liquidez	Lacerda (2006), Gimenes, <i>et al</i> , (2011), Quintana (2012), Lima e Iamoni (2008)
Controle de Contas a pagar e a receber	Possibilita o gestor a identificar os vencimentos e os valores a pagar e as prioridades de pagamentos de títulos. Essa ferramenta permite ao gestor o conhecimento dos montantes a receber, os clientes com valores em atraso, a programação de cobrança, entre outros.	Souza; Rios (2011)
Controle de Estoque	Estoques são ativos indispensáveis para o funcionamento dos sistemas de produção e venda. É importante administrar corretamente esse ativo, com a finalidade de girá-lo rapidamente e manter seus níveis adequados para o bom funcionamento da entidade. É através do controle de estoque que será possível prever a necessidade de novas compras e aperfeiçoar os investimentos em estoques. Curva ABC: parte do princípio de Pareto e permite o gerenciamento seletivo do estoque. Após identificar a relevância dos materiais eles são divididos em classes da	Oliveira, et al (2000) Souza; Rios (2011) Vago et al (2013)

	curva ABC, classe A compõe os 20% dos itens mais importantes e que requer um melhor gerenciamento, a classe B corresponde 50% dos itens com relevância intermediária e a classe C são os itens de menor importância.	
Controle de Custos	Muitos administradores das pequenas empresas se queixam do descontrole da gestão de custos, da dificuldade em precificar os produtos e da falta de conhecimento que sobre a contribuição dos mesmos no lucro total.	Oliveira <i>et al.</i> , (2000)

De acordo com Lacerda (2006) a adaptação de ferramentas gerenciais que respeitem as particularidades e limitações das pequenas empresas possibilita o desenvolvimento de estratégias adequadas para a sobrevivência e o crescimento do negócio.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa é do tipo bibliográfica, a qual baseia-se em estudos já realizados por outros autores a respeito do tema. A abordagem é do tipo qualitativa e o caráter é exploratório.

Conforme Ferreira (2011) a pesquisa bibliográfica é o tipo de estudo construído baseando-se em fatos já existentes e que foram originados de estudos já feitos e publicados. Se realizado com qualidade os resultados obtidos ao final do processo, podem se mostrar de grande relevância para a área que em o estudo se inclui.

A pesquisa qualitativa trata-se de uma modalidade, na qual o pesquisador se vê aberto a discussões a respeito de determinados temas, sendo em geral uma pesquisa que se presa muito pela subjetividade dos fatos, ou seja, procura-se responder questões pré-definidas (GIL, 2010).

A pesquisa de caráter exploratório, possui uma ligação muito próxima com o estudo de revisão bibliográfica, na qual busca-se por estudos, de forma a explorar as suas principais ideias. Os estudos, em que se busca a opinião de pessoas, ou se observam fenômenos, também podem ser incluídos neste campo (FERREIRA, 2011).

3.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão foram os seguintes: Estudos publicados entre 2010 e 2019, que abordassem o tema em questão, completos e em Língua Portuguesa. Qualquer estudo que deixasse de abordar pelo menos 1 desses critérios foi automaticamente excluído.

3.3 ANÁLISE DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Após selecionados, os estudos foram organizados em uma pasta pela ordem do ano em que foram publicados. Inicialmente procedeu-se com o fichamento dos mesmos, retirando-se informações importantes, como o título e ano. Após tal processo foi feito um resumo das principais ideias que cada autor trazia em sua pesquisa.

Por fim, foi possível realizar a discussão do tema, por meio das ideias, conceitos e informações obtidas através das produções selecionadas.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

Quanto aos aspectos éticos da pesquisa, é importante frisar que todos os estudos utilizados durante a elaboração desta pesquisa foram devidamente referenciados, de forma a respeitar os seus autores e também evitar a ocorrência de plágio.

4 RESULTADOS ESPERADOS

A análise se deu utilizando critérios quantitativos, bem como métodos qualitativos de coleta de dados. Optou-se por concentrar a coleta dos dados em uma empresa do município de Itaituba - Pará.

A análise se deu utilizando critérios quantitativos, bem como métodos qualitativos de coleta de dados. Optou-se por concentrar a coleta dos dados em uma empresa do município de Itaituba - Pará. Nesse sentido, procedeu-se da seguinte maneira: a) Com relação ao objetivo de descrever a importância da Contabilidade Gerencial para a micro e pequenas empresas foram realizadas entrevistas semi estruturadas, na qual se faz necessário que o pequeno empresário tenha conhecimento da importância da realização de uma Contabilidade completa e eficiente que reflita a realidade da empresa, possibilitando assim elaborar demonstrações contábeis que sirvam de base para gerar informações úteis para a gestão dos negócios.

b) Realizou-se um questionário com nove perguntas que foi aplicado a um gestor da empresa em estudo.

4.1 PERFIL DO RESPONDENTE E DA EMPRESA PESQUISADA

Inicialmente foram elaboradas perguntas para identificar o perfil do respondente e também para conhecer a estrutura da empresa pesquisada. Essas informações são importantes para que as respostas se restrinjam à MPE do município e é de fundamental importância que o respondente seja alguém que assuma um cargo de gestão.

4.2 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O questionário foi aplicado na empresa mais próxima à localidade dos autores e também naquela em que o gestor era conhecido. Após, a empresa foi identificado e através de sua localização os autores foram realizaram a aplicação da pesquisa. Este fato gerava muitas vezes um diálogo a respeito das questões, o que deixava o questionários mais ricos de informações. Este teve dois dias de duração. A pesquisa foi realizada na empresa Corporativa Mista dos Condutores de Veículos Rodoviários

Buburé.

O perfil do referido entrevistado trabalha há 06 anos na empresa da coleta de dados como gestor, com idade declaração de 31 anos, em relação ao seu estado civil, casado, sua escolaridade compõem o ensino médio completo.

A primeira questão (Q1) questiona o grau de importância que o gestor atribue para a Contabilidade na gestão da sua empresa. Já a segunda questão (Q2) pergunta se as informações vindas da Contabilidade são úteis no processo de gestão.

Conforme a pergunta pode-se observar que, quando solicitado para atribuir um grau de importância para Contabilidade na gestão, na primeira questão (Q1), é considerada uma média alta, levando em consideração um desvio padrão da empresa Buburé.

Através destes resultados, pode-se afirmar que a Contabilidade é significativa para a gestão dos pequenos negócios principalmente pelo suporte nas questões que envolvem legislações, tributos e parte trabalhista, além do serviço básico de escrituração. Muitos funcionários afirmaram que não conseguem imaginar a empresa sem os serviços prestados pelos escritórios de contabilidade (SANCHES, 2017).

Na segunda questão, que aborda sobre a utilidade das informações contábeis. Este resultado revela que o gestor acredita que os dados contábeis têm grande utilidade para administrar seu negócio e que confiam nas informações vindas dos profissionais de Contabilidade. Porém, esta utilidade é associada na maioria dos casos a informações de mudança de leis, tributações e procedimentos, por exemplo, e não propriamente as informações recebidas através de relatórios contábeis como o BP, DRE e DFC.

A terceira questão (Q3) pergunta quais são os relatórios contábeis utilizados na gestão da empresa: Resposta: "Fluxo de caixa, demonstração do resultado do exercício, balanço patrimonial, gestão de custos, acompanhamento de resultados e orçamentos".

Analisando a resposta, o Fluxo de Caixa é o relatório que apresentou um maior número de utilização. O Fluxo de Caixa é um relatório financeiro que controla o fluxo de entrada e saídas de recursos. Porém na Contabilidade há a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), que permite a análise de recebimentos e pagamentos não somente em dinheiro, mas também de seus equivalentes, seja por atividades

operacionais, de investimentos ou financiamentos. É provável que a maior parte do dono da empresa entendeu o Fluxo de caixa apenas como um relatório financeiro que demonstra a entrada e saída de dinheiro do dia, sem nenhum tipo de controle mensal por relatórios para análise de movimentação.

Após o Fluxo de Caixa os mais utilizados são a Demonstração do Resultado do exercício e o Balanço Patrimonial, respectivamente. Possivelmente, uma parte do gestor conhece de fato estes dois relatórios e conseguem interpretar os números e fazer uma avaliação da empresa através dele. Porém, por outro lado, muitos questionaram o que seriam tais relatórios pois não conheciam por nome. Então, quando explicado quais as informações que cada demonstração contém e qual a finalidade de cada uma, o gestor afirma conhecer e utilizar. Com isso, conclui-se que utiliza este relatório na gestão, porém desconhecia por nome, o que não é pouco coerente. Acredita-se que se o gestor pouco conhece tais relatórios ou desconhece por nome é sinal que de fato pouco utilizam. (RODRIGUES, et al., 2016).

A opção Gestão de Custos foi a próxima a ser marcada, entendendo assim que muitos dos pequenos empresários fazem cálculos a respeito de seus custos na empresa, tendo um controle geral sobre seus gastos. Verificou-se que grande parte do gestor assimila que a "Gestão de Custos" com controle de gastos gerais de água, energia elétrica e aluguel, esquecendo muitas vezes que custos envolve diversos outros fatores da empresa como cálculos de preço de compra, preço de venda, custos com pessoal, terceirização de atividades, etc.

Como a pequena empresa não envolve muitos cálculos, muitas vezes o gestor apenas olha para os gastos ocorridos, sem fazer uma análise mais aprofundada para perceber onde poderia reduzir custos, o que geralmente não envolve são cálculos difíceis, apenas é preciso ter uma percepção de mudança.

O próximo relatório mais utilizado depois da Gestão de Custos foi o Acompanhamento de Resultados, concluindo que grande parte do gestor não faz um acompanhamento dos resultados da empresa. O acompanhamento de resultados é importante para a empresa, pois através da análise do resultado, muitas vezes é preciso rever processos, tomar providências e até mesmo mudar os planos em caso de resultados negativos. Muitas empresas acabam fechando por falta de um controle gerencial e quando o gestor não acompanha a situação da empresa, e quando percebe que o negócio não está sendo rentável é tarde demais para contornar a situação. Sendo assim, independente do porte é necessário fazer mensalmente um acompanhamento para entender se a empresa está tendo os resultados desejados.

Provavelmente muitos outros acabaram ligando a palavra orçamento apenas

com os orçamentos de compras de produtos. Orçamentos a curto e longo prazo são essenciais para que a empresa tenha um objetivo a alcançar e além disto, saber onde e quanto pode investir e/ou gastar. Porém, através das respostas observou-se que raro gestor projeta suas receitas, gastos, preços, etc. pensando na situação da empresa no futuro.

E por fim, o que é elevado levando em consideração que as primeiras questões sobre importância e utilização da Contabilidade apresentaram uma média alta. Muitos acreditam que a Contabilidade é uma ferramenta importante para a empresa, porém na gestão o administrador não utiliza os relatórios contábeis, utilizando seus controles, experiência, dados financeiros, entre outros recursos.

A questão quatro (Q4), pergunta qual o nível de entendimento das informações contidas nas Demonstrações Contábeis. A quinta questão (Q5) questiona se o contador auxilia no entendimento das Demonstrações Contábeis e a sexta questão (Q6) pergunta como o gestor avalia seu interesse pela compreensão dos relatórios contábeis.

A questão quatro (Q4) revela que apesar de apresentar respostas indicando que nível de compreensão das informações contábeis. O entendimento alto está relacionado a gestor que possuem formação em Contabilidade, conforme relataram. Porém, na aplicação do questionário ao gestor afirma que compreendia pouco as Demonstrações Contábeis, talvez por receio de expor a empresa, vergonha de não compreender ou simplesmente para não responder um número tão baixo, o que distorce o resultado final.

A quinta resposta (Q5) também apresentou uma grande variação, pois houve, uma média elevada, podendo afirmar que o contador auxilia o gestor na compreensão das Demonstrações Contábeis. O entrevistado mostra-se satisfeito com o Contador e acreditam que ele seja uma peça-chave na gestão da empresa. E acredita que o Contador é acessível e o ajuda sempre que sente dificuldades em algumas questões, e confiam muito nas informações transmitidas por ele e por isso creem que certamente auxiliaria no entendimento das Demonstrações Contábeis.

O interesse pelo entendimento dos relatórios contábeis, tendo em vista que o resultado da resposta. O gestor revela que não em interesse pela compreensão das informações contidas nos relatórios contábeis de fato. E culpa o Contador em não os ajudar a perceber onde as informações contábeis podem ser úteis na gestão de seus negócios.

A resposta que abrange as questões (Q7 e Q8) busca-se entender a utilização ou não efetiva da Contabilidade na gestão da empresa.

Resposta do entrevistado: "Entende-se que a grande necessidade do gestor pela Contabilidade ainda é o apoio em questões fiscais e trabalhistas. É provável que a grande procura por este apoio é por causa das leis que estão em constante mudança. Os impostos são a grande preocupação do gestor, acreditam que pagam muito e buscam o auxílio do profissional da área contábil para a apuração dos mesmos."

Após, a escrituração contábil e fiscal é a maior demanda pela Contabilidade. A escrituração é um serviço básico de Contabilidade, principalmente para as pequenas empresas, na qual às vezes é mais oneroso contratar uma pessoa para tal serviço ao invés de terceirizar. Uma das críticas feitas pelo gestor é que hoje os escritórios de Contabilidade oferecem apenas os serviços básicos de escrituração fiscal e contábil para as MPEs. Gostariam que a sua empresa tivesse um tratamento diferenciado, como por exemplo, um plano de contas estruturado para a empresa de acordo com sua atividade. Alegam que a Contabilidade das pequenas empresas é feita de forma padrão para todas, não dando atenção às particularidades.

Já o Planejamento Tributário, ou seja, o gestor busca a Contabilidade para planejar e avaliar seus custos fiscais afim de obter uma economia ou redução dos mesmos. É possível que o gestor não conheça esta ferramenta através do Contador e por isso acabam não utilizando. Outros, por ser uma empresa de pequeno porte acabam aceitando a carga tributária e confiando no que recebem do Contador e por isso não buscam pela opção de rever a tributação, pagamento de taxas, contribuições afins de uma redução.

E por fim, a opção Decisão de Investimentos. Entende-se que nestas decisões os donos buscam outros recursos ou fontes para tomar esta decisão, principalmente seus próprios controles. A decisão de investir, geralmente parte da vontade ou necessidade do próprio gestor com base em sua experiência profissional.

Na questão seguinte, questão oito (Q8) foi abordado quais os recursos são utilizados nas tomadas de decisões da empresa, afim de compreender se na atualidade os pequenos empresários utilizam ou não a Contabilidade para tomar decisões ligadas ao seu negócio. Resposta: "Planilhas de controles internos, experiência profissional, relatórios contábeis, auxílio do contador e auxílio de outros profissionais da empresa".

Os controles internos e experiência profissional são os recursos mais utilizados pelo gestor da pequena empresa de Itaituba na tomada de decisões. Entende-se que hoje ainda muitos microempreendedores preferem utilizar seus próprios controles e sua experiência na necessidade de decidir algo no âmbito empresarial, esquecendo muitas vezes que a Contabilidade através de seus relatórios é rica em informações relevantes queauxilia o gestor em suas decisões.

Na mesma linha de pensamento, o gestor prefere seus próprios controles, pois afirmam que muitas vezes os relatórios da Contabilidade possuem informações muito superficiais, já seus controles são mais próximos à realidade. Além disto, a experiência profissional, para alguns, é um dos quesitos mais importantes quando se trata de tomadas de decisões. Afirmam que para gerenciar uma empresa vai muito além de uma formação e apoio de outros profissionais, pois a experiência torna a pessoa madura e capaz de tomar decisões mais assertivas.

Os relatórios contábeis e o auxílio do Contador respectivamente, o que mostra que o gestor têm como apoio nas suas tomadas de decisões a Contabilidade de alguma forma, ou utilizando os relatórios ou então buscando uma orientação junto ao Contador. Observou-se que o gestor têm alguma ligação com o Contador, sendo assim, acabam consultando-o nas decisões empresarias com mais frequência.

A opção que menos foi marcada, foi a auxílio de outros profissionais da empresa. Esta opção por vezes não foi marcada pelo fato da empresa entrevista ser pequena, sendo assim, não há muitos funcionários. Observa-se que geralmente quem marcou esta opção é que o outro profissional da empresa possuem uma ligação familiar, o que gera mais confiança para tratar os assuntos de ordem empresarial.

Na questão oito (Q8) perguntou-se o qual o nível de concordância com a seguinte afirmativa. Resposta do entrevistado: “Na atualidade, com um mercado cada vez mais competitivo, a contabilidade gerencial é uma importante ferramenta de apoio para o gestor no processo de tomada de decisão”.

A grande maioria dos funcionarios que trabalham nesta empresa na Contabilidade gerencial é de suma importância como apoio na tomada de decisão.

Na questão nove (Q9) pergountou-se: o senhor autoriza o fornecimento de dados para a elaboração desse TCC?. Resposta: Sim! Ao final das perguntas é de extrema importância a submissão/autorização do entrevistado saber se poderia concordar a exposição de sua imagem para a publicação em defesa deste trabalho.

Para Diolus (2019), afirma que o participante da pesquisa é a declarar que

concorda em ser entrevistado uma ou mais vezes pelo pesquisador em local e duração previamente ajustados, permitindo / não permitindo a gravação das entrevistas.

O mesmo é informado(a) pelo pesquisador que tenho a liberdade de deixar de responder a qualquer questão ou pergunta, assim como recusar, a qualquer tempo, participar da pesquisa, interrompendo a participação, temporária ou definitivamente (DIOLUS, 2019).

5 CONCLUSÃO

A empresa necessita estar cada vez mais informada para acompanhar as constantes mudanças que estão ocorrendo no cenário econômico e político do país. Paralelo a isto, o gestor também precisa estar preparado para gerir o negócio e aliado a isso a Contabilidade é uma grande ferramenta, que fornece aos administradores dados relevantes para compreenderem a situação financeira da empresa e dar suporte para que tomem decisões mais corretas.

As pequenas empresas acabam muitas vezes fechando por falta de um acompanhamento de resultados, controles de gastos, endividamentos muito altos, entre outros. Para que a pequena empresa sobreviva, um fator que a auxilia é buscar a orientação de outros profissionais, que dentre eles destaca-se o Contador, que pode ajudar o gestor analisar o desempenho da empresa, buscar opções fiscais menos onerosas, além de ajudar nos controles internos para que a gestão seja mais eficiente possível. Ferronato (2015) afirma que conforme suas pesquisas realizadas o pequeno gestor ainda tem carência de informações sobre Contabilidade, finanças e gestão empresarial.

Através de questionário elaborado e entregue o gestor e tabuladas todas as respostas coletas foi possível atingir o objetivo proposto. O Gestor informa que necessita da Contabilidade para lançamento de notas fiscais, fechamento do Balanço, apuração de impostos e auxílio em eventuais dúvidas, e isso é suficiente para eles. Estes serviços básicos oferecidos pela Contabilidade são os que utilizam e não sentem necessidade de outros relatórios ou informações.

Paralelamente, segundo o gestor, a pequena empresa recebe o mesmo tratamento, independente do seu ramo de atividade, afirma receber uma Contabilidade engessada, nunca recebem algo diferente, sugestões ou melhorias a respeito do seu negócio. Nesta linha de raciocínio, Ferronato (2015) afirma que quando se trata das relações entre pequeno empresário e escritório contábeis nota-se a falta de informações gerenciais à disposição do gestor, uma vez que o escritório quase não fornece para ele relatório contábeis financeiros.

Por fim, conclui-se que o nível da utilização da Contabilidade é relativo ao olhar de quem analisa o resultado. Ou seja, para um Contador, uma empresa que utiliza a Contabilidade apenas para escrituração e apuração de impostos é uma empresa que utiliza as informações contábeis em baixo nível, visto que compreende a amplitude

das informações contábeis. As MPEs que utilizam apenas estes serviços básicos, acreditam utilizar a Contabilidade num alto nível, pois para elas é tudo o que o escritório contábil pode oferecer como apoio na gestão de sua empresa. Presume-se que por não terem conhecimento na área contábil não entendem a dimensão de informações contábeis úteis na gestão de suas empresas.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Anthony. A. et al. **Contabilidade gerencial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ANTHONY, Robert N; GOVINDARAJAN, Vijay. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BORGES, Lara Moraes; LEAL, Edvalda Araújo. **Contabilidade gerencial: A utilização das informações contábeis gerenciais pelos gestores das micro e pequenas empresas**. In: IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia promovido pela Universidade de Uberlândia-MG. 2012. Anais. Uberlândia, 2012.
- BURNS, John. VAIVIO, Juhani. **Management accounting change. Management Accounting Research**, 2001.
- CARVALHO, José Ribamar. LIMA, Maria das Dores. **Práticas Gerenciais em MPE's do comércio de confecções da cidade de Sousa – PB**. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. v.5 n.3. 2011.
- CIA, Joanília Sales. SMITH, Marinês Justo. **O papel da Contabilidade Gerencial nas PMES (Pequenas e Médias Empresas): Um estudo nas empresas de calçados de Franca – SP**. In: Anais do II EGEPE, p. 437-449. Londrina. 2001.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FARIA, Juliano A. AZEVEDO, Tania C. OLIVEIRA, Murilo S. **A utilização da Contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana – BA**. Revista da Micro e Pequena Empresa de Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 2. 2012.
- FERREIRA JUNIOR, Altino Nascimento. SILVA, Thiago Bruno. LIMA FILHO, Raimundo Nonato. **A influência da Contabilidade Gerencial no desempenho econômico-financeiro das empresas de cerâmica vermelha de Senhor do Bonfim – BA**. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade UNEB, Salvador, BA, v. 1, n. 1, p. 72-85, jan./dez. 2011.
- GARRISON, Ray. NOREEN, Eric. BREWER, Peter. **Contabilidade Gerencial**. 14 ed. Porto Alegre: AMGH Editora. 2013.
- GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIMENES, Aline A.; FRANCISCO, Dayane F.; SILVA, Eric T. Fluxo de caixa. In: III Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisaesiano. 2011.
- GURREIRO, Reinaldo. CORNACHIONE JÚNIOR, Edgard. SOUTES, Dione Olesczuk. **Empresas que se destacam pela qualidade das informações a seus usuários externos também se destacam pela utilização de artefatos modernos de**

contabilidade gerencial? Revista de Contabilidade e Finanças USP. vol. 22 n.55. 2011.

HALL, Rosemar José. et al. **Contabilidade como uma ferramenta da gestão: Um estudo em micro e pequenas empresas do ramo de comércio de Dourados-MS.** Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v.6, n.3. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial.** 6 ed. São Paulo: Atlas.

KASSAI, Silvia. **As empresas de pequeno porte e a contabilidade.** Caderno de Estudos. São Paulo, v. 9, n. 15, 1997.

KOS, Sonia Kaifur. et al. **Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão.** UEM Paraná. v. 33 n. 3. 2014.

LACERDA, Joabe Barbosa. **A contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micro, pequenas e médias empresas (MPes): Necessidade e aplicabilidade.** Revista Brasileira de Contabilidade, v. 35, n. 160, São Paulo, 2006.

LEONE, Nilda Maria. **As especificidades das Pequenas e Médias empresas.** Revista de Administração, v. 34 n. 2. São Paulo. 1999.

LEONE, Rodrigo José Guerra. LEONE, Nilda Maria. **Pequenas e médias empresas: contribuições para a discussão sobre por que e como medir seu tamanho.** Revista de Administração, ano IV, v. 1.

LIMA, Amadeu Nascimento. IMONIANA Joshua Onome. **Um estudo sobre a importância do uso das ferramentas de controle gerencial nas micro, pequenas e médias empresas industriais no município de São Caetano do Sul.** Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista, v. 2, n. 3. 2008

LOHR, Matthias. **Specificities of managerial accounting at SMEs: case studies from the German industrial sector.** Journal of Small Business & Entrepreneurship, v. 25, n. 1, p. 35- 55, 2012.

MAHAMID, Ibrahim. **Factors affecting contractor's business failure: contractors' perspective.** Engineering, Construction and Architectural Management, v. 19 n. 3, p. 269- 285, 2012.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de A.; THEÓPHILO, Carlos R. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MIGLIOLI, Afrânio Maia. **Tomada de decisão na pequena empresa: um estudo multi caso sobre a utilização de ferramentas informatizadas de apoio à decisão.** 2006. 107 f. Dissertação de mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos. 2006.

NEVES, Silvério das. VICECONTI, Paulo. **Contabilidade de Custos – Um enfoque direto e objetivo.** 5 ed. São Paulo: Frase, 1998.

OLIVEIRA, Antônio Gonçalves de. MÜLLER, Aderbal Nicolas. NAKAMURA, Wilson Toshiro. **A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas.** Revista FAE. Vol 3. N. 3. 2000.

OYADOMARI, José Carlos. **Fatores que influenciam a adoção de artefatos de controle gerencial nas empresas brasileiras.** Um estudo exploratório sob a ótica da teoria institucional. Revista de Contabilidade e Organizações. v.2 n.2. 2008.

PERREN, Lew. GRANT, Paul. **The evolution of management accounting routines in small businesses: a social construction perspective.** Management Accounting Research. 2000.

Portal BNDES. **Quem pode ser cliente.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/quem-pode-ser-cliente>>. Acesso em 08 de janeiro de 2022.

Portal Receita Federal. **Simples – Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte.** Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2004/PergResp2004/pr110a202.ht>> Acesso em 03 julh. 2016.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Fluxo de Caixa. Demonstrações Contábeis De acordo com a Lei 11.638/07.** 2 ed. Curitiba: Juruá Editora. 2012.

RESNIK, Paul. **A bíblia da pequena e média empresa.** São Paulo: Makron Books, 1991.

SALES, Rodrigo Lacerda. BARROS, Aluizio Antônio de. PEREIRA, Cláudia Maria. **Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios em um típico município interiorano brasileiro.** Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista, v. 5, n. 1. 2011.

SANTINI, Sidinéia. et al. **Fatores de mortalidade em micro e pequenas empresas: Um estudo na região central do Rio Grande do Sul.** Revista Eletrônica de Estratégia e Finanças. Florianópolis, v.8, n.1. 2015.

SANTOS, Vanderlei dos. DOROW, Diego Roberto. BEUREN, Maria Ilse. **Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas.** Revista Ambiente Contábil, v. 8 n.1. Natal RN. 2016.

SANTOS, Vanderlei dos, et al. **Instrumentos da Contabilidade Gerencial utilizados em micro e pequenas empresas comerciais e disponibilizados por empresas de serviços contábeis.** Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v. 8, n. 24. 2009.

SCAPENS, Robert W. **Researching Management Accounting Practice: The Role of Case Study Methods.** British Accounting Review, 1990.

SEBRAE – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, 2013. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**.

SEBRAE – **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas**, 2014. **Participação das Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 09 fevereiro de 2022.

SILVA, Manoel Soares da. **Utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa**. 2010. 118 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2010.

SOUTES, Dione Olesczuk. **Uma investigação do uso de artefatos da contabilidade gerencial por empresas brasileiras**. 2006. 116 p. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006.

SOUZA, Regiane Aparecida. RIOS, Ricardo Pereira. **Contabilidade Gerencial como ferramenta para gestão financeira nas microempresas: Uma pesquisa no município de São Roque SP**. Revista Eletrônica de Gestão e Negócios. Vol 2 n. 1. 2011.

SOUZA, Marco Antonio de. LISBOA, Lázaro Plácido. ROCHA, Welington. **Práticas de Contabilidade Gerencial Adotadas por Subsidiárias Brasileiras de Empresas Multinacionais**. Revista Contabilidade e Finanças USP. N. 32. 2003.

STROEHER, Ângela Maria. FREITAS, Henrique. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas**. Revista de Administração Eletrônica. São Paulo, v.1 n. 1. 2008.

VAGO, Fernando R. et al. **A importância do gerenciamento de estoque por meio da ferramenta CURVA ABC. Sociais e Humanas**. Santa Maria, v. 26 n. 3. 2015.

VICECONTI, Paulo Eduardo. NEVES, Silvério das. **Contabilidade de Custos: Um enfoque direto e objetivo**. 5 ed. São Paulo: Frase Editora.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre. Bookman.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

1) Qual o grau de importância que o gestor atribui para a Contabilidade na gestão desta empresa?

2) Qual a utilidade das informações contábeis?

3) Quais são os relatórios contábeis utilizados na gestão da empresa?

4) Qual o nível de entendimento das informações contidas nas Demonstrações Contábeis?

5) O contador auxilia no entendimento das Demonstrações Contábeis?

6) Você avalia seu interesse pela compreensão dos relatórios contábeis?

7) Quais os recursos são utilizados nas tomadas de decisões da empresa?

8) Qual o nível de concordância diante da contabilidade gerencial ser uma importante ferramenta de apoio para o gestor no processo de tomada de decisão?

9) O senhor autoriza o fornecimento de dados para a elaboração desse TCC?
